



## Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

### INFORMATIVO

QUINZENAL - Nº 467

## Fortalecer o combate à corrupção

Convênio assinado pelo presidente do TCE, Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, pela procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Germana Laureano, e pelo chefe da Polícia Civil de Pernambuco, Nehemias Falcão de Oliveira Sobrinho, vai promover o fortalecimento das ações de combate à corrupção no Estado. O acordo prevê a realização de projetos e trabalhos conjuntos de fiscalização, além de cursos e intercâmbio de conhecimentos.

## Economia para os cofres públicos

Uma análise feita pelo Tribunal de Contas em três licitações da prefeitura de Itapissuma, sob a relatoria do conselheiro Carlos Neves, gerou uma economia de R\$ 1,7 milhão aos cofres do município. Os processos destinavam-se ao fornecimento de material médico hospitalar e medicamentos, no valor total de R\$ 6.085.693,71. A equipe técnica do TCE encontrou falhas no edital que foram corrigidas pela prefeitura, resultando em consequente redução de preço na aquisição dos produtos.



Na cidade de Moreilândia, a análise de uma licitação para compra de medicamentos, que teve como relator o conselheiro Valdecir Pascoal, também resultou em uma economia de R\$ 731.600,91 para o município. A equipe técnica da Inspeção Regional de Petrolina identificou que o valor estimado no edital, no total de R\$ 816.441,50, estava bem acima da média dos últimos exercícios. A prefeitura refez o processo com o valor retificado para R\$ 84.840,5, o que gerou o benefício.

## Licitação suspensa



Medida Cautelar expedida pelo conselheiro Valdecir Pascoal determinou à prefeitura do Cabo de Santo Agostinho a suspensão de uma licitação para compra de materiais de construção, equipamentos e ferramentas, estimada em R\$ 5.338.381,23. A decisão atendeu a uma solicitação da Gerência de Auditoria de Obras Municipais/Sul do Tribunal, após indícios de irregularidades identificadas no edital, como falta de informações sobre planejamento, justificativa para as aquisições, e detalhamentos básicos de itens licitados. O certame fere também regras fiscais e eleitorais, uma vez que se trata de contratação em fim de mandato, o que é proibido por lei.

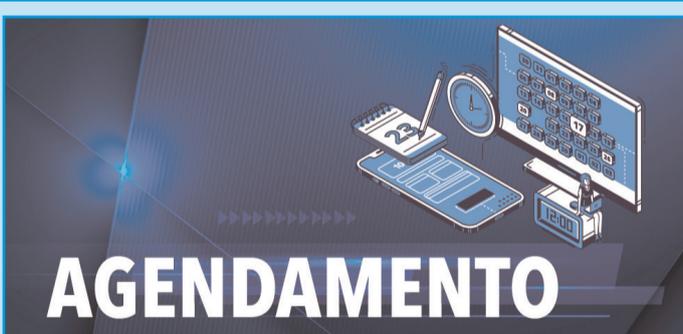
## Contrato irregular

Outra cautelar, expedida pelo conselheiro Marcos Loreto, determinou à Prefeitura de São José do Egito a suspensão dos pagamentos de um contrato feito em 2017 com empresa de locação de tratores, com preço total de R\$ 138 mil. A decisão se deu após indícios de irregularidades identificadas pela equipe técnica do TCE durante análise do contrato e suas reiteradas prorrogações, sem qualquer justificativa legal. Os auditores apontaram irregularidades no também no preço contratado que foi repactuado, o que é proibido pela Lei de Licitações e Contratos. O assunto será aprofundado por uma auditoria especial.

## Prazos retomados

As notificações e os prazos de todos os processos que tramitam no TCE, que estavam suspensos desde março em razão da pandemia, voltam à normalidade a partir desta segunda-feira (21). A decisão foi aprovada no Pleno, por meio da resolução 104/2020, que revogou o normativo anterior.

## Agendamento



# AGENDAMENTO

Com o retorno gradual das atividades presenciais do TCE, o atendimento ao público, seja a distância, ou pessoalmente, está sendo feito por meio de agendamento que po-

de ser realizado através de um formulário disponível no site ([tce.pe.gov.br](http://tce.pe.gov.br)), por e-mail para o setor de interesse ou pelo telefone 3181-7600.

## Processo eletrônico

O TCE implantou melhorias no sistema de processo eletrônico (e-TCEPE) para tornar mais simples a interposição de recursos e pedidos de rescisão por parte dos gestores públicos e interessados. Uma das novidades é a inclusão de documentos que fazem parte de outros processos eletrônicos, para serem aproveitados como provas ou referências.

## Ciclo de palestras

A Escola de Contas Públicas, em parceria com o Tribunal de Contas, realiza este mês o 'Ciclo de Comunicações: Políticas Públicas, Avaliação e Controle', com o intuito de discutir possibilidades analíticas e procedimentais da avaliação de Políticas Públicas como instrumento de controle externo. As palestras acontecem até o dia 25, com transmissão por videoconferência e acesso livre. Informações pelo site [escola.tce.pe.gov.br](http://escola.tce.pe.gov.br).

[www.tce.pe.gov.br](http://www.tce.pe.gov.br)

**Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**

Diretoria de Comunicação | 81 3181.7671 | [imprensa@tce.pe.gov.br](mailto:imprensa@tce.pe.gov.br)

Ouvidoria | 0800 081 1027